5 DE JULHO DE 2024

PANORAMA POLÍTICO

MALTA
ANO V – EDIÇÃO LXXI

Foto: Lula Marques/ Agência Brasil

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS DO GT DA REFORMA TRIBUTÁRIA

O encerramento do Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados marcou um avanço significativo na deliberação sobre um dos temas mais complexos e impactantes no cenário político contemporâneo. Após uma reunião de oito horas com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), os deputados fecharam um parecer inicial, embora questões cruciais, como a composição da cesta básica e a tributação de itens seletivos, como armas e bebidas, ainda necessitem de discussão e decisão de líderes e bancadas partidárias.

Um dos pontos mais controversos continua sendo a inclusão das carnes na cesta básica, uma proposta defendida por alguns setores agropecuários e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sob o argumento de proteger o acesso das classes C, D e E à proteína animal. No entanto, essa medida implicaria no aumento da alíquota média do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), conforme alertou o presidente da Câmara, Arthur Lira, enfatizando os desafios de manter um equilíbrio fiscal. Nesse contexto, destaca-se a pressão pela isenção por parte da bancada ruralista e do setor supermercadista.

Outro ponto de tensão é o "imposto do pecado", que visa desestimular o consumo de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente. O GT propôs a inclusão de jogos de azar e carros elétricos neste imposto, enquanto caminhões foram excluídos devido à sua importância para a economia rodoviária do país. A proposta também contempla ajustes na tributação de setores como construção civil e mineração, além de benefícios para nanoempreendedores e mecanismos de *cashback* para a população de baixa renda. A pressão de grupos como a "bancada da bala" também influenciou a exclusão das armas deste imposto, mostrando a complexidade das negociações políticas em jogo.

As negociações também abordaram o tratamento diferenciado para setores como o cooperativismo, para o qual a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) busca garantir isenções para cooperativas de crédito, saúde e trabalho, pressionando também pela inclusão de carnes na cesta básica e por regimes tributários favoráveis ao agronegócio. O setor de construção civil obteve aumento no desconto da alíquota geral, enquanto fundos imobiliários e Fiagros poderão escolher entre dois regimes de tributação.

A expectativa é que o relatório seja votado na próxima semana, com a pressão do Governo pela celeridade na aprovação. O pedido de urgência feito pelo presidente Lula ao Congresso Nacional indica a importância estratégica da reforma tributária para o governo, que busca simplificar o sistema tributário. A aprovação final ainda decorrerá de intensas negociações

"Nós vamos submeter essa reforma toda ao Supremo Tribunal Federal. Nós vamos entrar com um pedido [de análise sobre] o que é inconstitucional. (..) E se tiver inconstitucionalidade, nós mudaremos ano que vem, porque não vamos ter mais um sistema tributário que as pessoas vão para a Justiça e não pagam seu imposto. Todo mundo vai ter que pagar imposto neste país."

Reginaldo Lopes (PT/MG),
Deputado Federal e membro do GT da Reforma Tributária.

CONFLITO ENTRE LULA E ROBERTO CAMPOS NETO GERA CRISE CAMBIAL

A semana foi marcada pelo embate entre o Presidente Lula e o Presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto. O conflito ocorre desde o início do mandato de Lula, quando, pela primeira vez, um Presidente da República trabalha com a presença de um Presidente do Banco Central indicado por outro governante, devido à aprovação da Lei Complementar 179/2021, que estabeleceu a autonomia do Banco Central e fixou o mandato de quatro anos.

O Presidente da República vem criticando a alta da taxa de juros Selic, atualmente a segunda maior taxa de juros do mundo. Lula enxerga as decisões de Campos Neto e do Comitê de Política Monetária (COPOM), responsável pela fixação da taxa, como uma tentativa de, segundo ele, sabotar a economia do país. Para o Presidente, a alta nos juros dificulta o crescimento econômico e desincentiva o investimento nos setores produtivos.

O conflito recrudesceu após dois acontecimentos: i) No dia 19 de junho, o COPOM decidiu manter a taxa de juros em 13,75%, após uma sequência de quedas e ii) 10 de junho, Campos Neto se reuniu com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), possível presidenciável em 2026. Após o jantar, repercutiu nos meios de comunicação que teria havido um convite para Campos Neto assumir o Ministério da Fazenda em um eventual governo, e que ele havia aceitado.

Roberto Campos Neto defende que todas as decisões são técnicas e baseadas em um consenso do COPOM. Ademais, segundo ele, o risco fiscal e a inflação resultam em uma taxa tão elevada.

O confronto teve como reflexo uma alta do dólar, que chegou a R$ 5,65, o maior patamar em dois anos e meio. Após essa alta do dólar, o Presidente Lula recuou e afirmou publicamente que possui compromisso com a responsabilidade fiscal e anunciou, nesta quinta-feira (04), um corte de quase R$ 26 bilhões em despesas obrigatórias.

"Obviamente me preocupa essa subida do dólar, é uma especulação. Há um jogo de interesses, especulativo, contra o real neste país. Eu tenho conversado com as pessoas para ver o que a gente vai fazer. Eu estou voltando [para Brasília] quarta-feira e vou ter uma reunião. Não é normal o que está acontecendo"

Luiz Inácio Lula da Silva,
Presidente da República

APÓS ATRASO E COBRANÇAS DE SETORES DO AGRO, GOVERNO FEDERAL LANÇA PLANO SAFRA 24/25

O Governo Federal lançou nesta semana, por meio do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), o Plano Safra de 2024/2025, que consiste na oferta de linhas de crédito, incentivos e políticas agrícolas para médios e grandes produtores.

Para este ano, houve um aumento de 10% em relação à última safra, totalizando um valor de R$ 400,59 bilhões destinados ao financiamento da agropecuária brasileira.

A execução da política ocorreu uma semana após a previsão inicial. O atraso gerou incomodo em alguns produtores e manifestações por parte das entidades representativas do setor.

Apesar do mal-estar inicial, o lançamento, realizado na quarta-feira (03), foi considerado um sucesso e teve grande prestígio O evento contou com a participação do Presidente da República, dos Ministros da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro (PSD) e o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira (PT).

O planejamento inicial do Ministério da Agricultura era atingir mais de R$ 500 bilhões, mas o montante teve que ser reduzido após debates com a equipe econômica do governo.

"O presidente Lula decidiu colocar o maior aporte de recursos públicos para fomento. Ainda, o custo para produzir diminuiu 23% e o governo colocou 40% de recursos a mais. Essa é a certeza que os recursos vão chegar aos produtores, vamos estimular muito mais essa chegada dos recursos e estimular a nossa agropecuária que é tão eficiente"

Carlos Favaro,
Ministro da Agricultura e Pecuária

Material produzido por
MALTA ADVOGADOS